

Rio da Prata, século XIX: fronteiras espaciais, textuais e ficcionais*

*Cesar Augusto Barcellos Guazzelli***

Resumo. Este artigo propõe o estudo de três diferentes tipos de fronteira, mas que podem confluir numa única direção: 1) uma espacial, aparentemente aquela que é identificável e material, mas que necessita da mediação de uma construção histórica; 2) uma textual, que diz respeito tanto aos desenvolvimentos teóricos que dão conta do tema, quanto da produção ficcional que tem como objeto estes territórios e suas gentes; 3) finalmente, aquela dimensão entre o verossímil e o fantástico, que muitas vezes é capaz de revelar aspectos que dificilmente se dão a conhecer empiricamente.

Palavras-chave: Rio da Prata; Fronteiras; Limites espaciais; História e literatura; Ficção.

Nineteenth century Rio de la Plata: Spatial, textual and fictional spaces

Abstract. Three types of frontiers that may lead towards a single direction are investigated. There is the spatial frontier, apparently identifiable and material, which requires mediation of a historical construction. The textual frontier deals with theoretical developments on the theme and with the fictional production aiming at the land and its people. There is also the frontier between reality and the fantastic which frequently reveals aspects that are difficult to explain empirically.

Keywords: Rio de la Plata; Frontiers; Spatial limits; History and literature; Fiction.

* Artigo recebido em 19/08/2013. Aprovado em 30/04/2014.

** Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: cguazza@terra.com.br

Río de la Plata, Siglo XIX: Fronteras espaciales, textuales y ficticias

Resumen. Este artículo propone el estudio de tres tipos diferentes de frontera que, sin embargo, pueden confluír en una sola dirección: 1) una es la espacial que, aparentemente, es identificable y material, pero que necesita de la mediación de la construcción histórica; 2) otra es la textual, relacionada con los desarrollos teóricos sobre el tema como con la producción ficcional cuyo objeto son estos territorios y su población; 3) por último, es estudiada la dimensión que se encuentra entre lo verosímil y lo fantástico, que muchas veces es capaz de revelar aspectos que difícilmente se darían a conocer empíricamente.

Palabras Clave: Río de la Plata; Fronteras; Límites espaciales; Historia y literatura; Ficción.

Se chegando à fronteira!

“A gente vai andando, andando, andando e nem repara! Quando vê, trocou de país!” (REGINA CASÉ, “*Brasil Legal*”, TV Globo, 1996).

Esta fala está quase no início de um programa especial realizado em 1996 pela Televisão Globo, tratando da fronteira Brasil-Uruguai. A atriz Regina Casé, caminhava pelos campos fronteiriços do Rio Grande do Sul quando, sem dar-se conta, havia chegado a Tranqueras, Departamento de Rivera, no Uruguai! Noutra cena, desde o lado brasileiro da Avenida João Pessoa, que faz a divisa entre Brasil e Uruguai nas cidades “xifópagas” de Livramento e Rivera, Casé anunciou o envio de uma carta para um endereço do outro lado da via; mais tarde, anunciou a chegada da missiva... Vinte dias depois! Logo, há uma “fronteira de fato” onde convivem as pessoas das duas nações, e também há um “limite político”, dado pelos Estados nacionais.

Isto que é cômico no presente, 156 anos antes podia causar uma guerra. Em 1832, Juan Antonio de Lavalleja – o antigo chefe dos *Treinta y Tres Orientales* – rebelou-se contra o presidente uruguaio, Fructuoso Rivera,

fazendo da fronteira o refúgio de seus comandados, protegido pelo Coronel Bento Gonçalves, Comandante da Fronteira do Jaguarão.¹ O comandante uruguaio José Reis comunicou o fato para o ministro Santiago Vasquez, que por sua vez noticiou ao Império do Brasil a atuação irregular de Bento. Então, o Império ordenou ao presidente do Rio Grande, Manoel Antônio Galvão, que obrigasse Bento a prender e desarmar Lavalleja. Mas ele não obedeceu! Anos depois, já como Presidente da República Rio-Grandense, no Manifesto de 29 de agosto de 1838, Bento declarou: “É a hospitalidade rio-grandense universalmente conhecida”, e “o patriota rio-grandense, verdadeiro cosmopolita, aqui a oferece franca, larga e generosa ao primeiro infeliz”, não se permitindo ser “indiferente aos prófugos da Banda Oriental que lhe pediam um asilo” (SILVA, 1985, p.284-285).

Além da fina ironia de insinuar que os rústicos homens da fronteira rio-grandense eram mais “cosmopolitas” que aqueles da Corte do Rio de Janeiro, se evidenciam no documento de Bento Gonçalves as dificuldades do Império para intervir nestes casos: era preferível ter ao seu lado um militar insubordinado, mas que detinha um poder reconhecido pela população da campanha e nas tropas fronteiriças!

Ao que parece, os comportamentos dos “homens das fronteiras” são também “fronteiriços” em todos os sentidos. A pouca adesão à legalidade institucional, as formas não convencionais no trato dos estrangeiros, e as relações sociais estabelecidas nestes espaços, fazem recair sobre eles muitas dúvidas quanto às suas lealdades. As fronteiras sulinas aparentemente tinham uma “vida própria”, e os Estados um escasso controle sobre elas! Mais que limites, elas eram – e ainda são! – zonas de passagem ambíguas, e não divisas dadas *a priori*, não devendo ser “naturalizadas”. Faz-se mister estabelecer

¹ O rio Jaguarão faz divisa entre o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul e o departamento uruguaio de Cerro Largo. Antes de desaguar na Lagoa Mirim, separa a cidade brasileira de Jaguarão da uruguaia de Rio Branco. Este limite já vigia na época tratada aqui.

estudos comparativos que deem conta destas diferentes tensões que se criavam – se criam! – numa “comarca pampiana” (CHIAPPINI et al., 2004, p.15).

Minha proposta de trabalho visa três fronteiras diferentes, mas que podem confluir numa única direção: 1) uma espacial, aparentemente aquela que é identificável e material, mas que necessita da mediação de uma construção histórica; 2) uma textual, que diz respeito tanto aos desenvolvimentos teóricos que dão conta do tema, quanto da produção ficcional que tem como objeto estes territórios e suas gentes; 3) finalmente, aquela dimensão entre o verossímil e o fantástico, que muitas vezes é capaz de revelar aspectos que dificilmente se dão a conhecer empiricamente.

A fronteira nos horizontes da província

A historiografia tradicional rio-grandense sempre se mostrou reticente em tratar este território como integrando uma zona de fronteira. Pelo contrário, no afã de escrever uma história eminentemente brasileira para o Rio Grande, negligenciou, na maioria das vezes, as relações que esta província estabeleceu com os países da região do Prata (THOMPSON FLORES, 2012, p.50).

O Brasil tem fronteiras com nove países, numa extensão de uns 17 mil km, com limites internacionais em 11 Estados. No Rio Grande do Sul, o mais meridional deles, a fronteira mede 3.307 km: 1.003 com a Argentina e 724 com o Uruguai, pouco mais de 52% de seus limites. Assim, o Estado estremenho tem sua história ligada às fronteiras platinas, e fez delas uma marca identitária muito forte. Se a fronteira é um espaço, é necessário pensar na formação deste espaço; se é o fronteiriço quem o constrói, mais necessário que tratar das relações entre os homens e a natureza, é investigar aquelas dos homens entre si no processo de apropriação e exploração das paisagens. Neste sentido, a avaliação crítica da produção historiográfica sobre as

fronteiras meridionais do Brasil traz para os pesquisadores duas grandes “matrizes” interpretativas que devem ser discutidas e superadas.

A primeira delas é aquela que equipara fronteira com limite político. Aceita como historiografia oficial, atribui aos rio-grandenses uma incontestável adesão ao Brasil, sendo o patriotismo comprovado pelos “serviços” prestados pelos homens do passado na garantia das fronteiras contra os “castelhanos”. Estes historiadores – quase todos vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – estabelecem claramente os limites nacionais e a partir daí as diferenças entre fronteiriços dos dois lados: o gaúcho rio-grandense seria diferente do platino, associado à banditagem e ao caudilhismo. Estes autores pertenciam à denominada “matriz lusa” da historiografia (GUTFREIND, 1992) que fez da província meridional a “sentinela do Brasil”, e do gaúcho o “monarca das coxilhas” que afirmou sua brasilidade nos combates na fronteira.²

Por outro lado, cresceu a partir dos anos 1970 a noção da fronteira como espaço “aberto”, resultante de processos históricos de ocupação/formação da propriedade privada e que não podia ser enquadrada nos limites políticos. A semelhança na apropriação dos bens de produção – gados e terras – de um e outro lado das fronteiras configurara relações sociais horizontais e verticais mais parecidas entre estas áreas do que em relação às unidades voltadas às atividades exportadoras e fiadoras das organizações nacionais (SERRA PADRÓS, 1994).

Estas interpretações tratavam problematizar a concepção de fronteira. Neste sentido, a “fronteira” seria resultante de processos socioeconômicos que na ocupação de espaços geográficos em disputa se traduziram em novas complexas paisagens culturais; logo, ela não se restringiria ao “limite”, este

² Os mais importantes foram Aurélio Porto, Emílio de Souza Docca, Walter Spalding, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, entre outros.

determinado pelas ações jurídicas e/ou políticas, existentes apenas nos tratados diplomáticos e nos mapas oficiais.

Tanto historiadores quanto geógrafos buscaram modelos para explicar as relações estabelecidas no Sul do Brasil. Desde a concepção de “fronteiras esboçadas” para os tempos coloniais, quando eram mal definidas e resultavam de arbitrariedades das metrópoles, até aquela mais apropriada de “fronteiras vivas”, mais próximas à realidade do século XIX; apesar da interferência dos Estados em busca de hegemonia regional, existiam os contatos e intercâmbios bilaterais. Qualquer conceito de fronteira deve ser relativizado para que seja superado o caráter meramente descritivo.

A partir de meados da década de 1990, alguns historiadores realizaram suas pesquisas pensando na estremadura inserida no espaço platino, sem deixar de ser parte da América portuguesa primeiro, e do Império do Brasil mais tarde. Os fronteiriços eram atores sociais que respondiam às tensões geradas pelas relações locais, assim como dos Estados envolvidos. Isto se refletiu numa produção historiográfica significativa, que adentra nos primeiros anos do novo milênio.³ O corolário destas reflexões foi a concepção de uma fronteira que é “maneável” pelos agentes sociais deste espaço que podem circular em ambos os lados da “linha”, na medida em que são conhecidos os códigos vigentes em cada um deles. Assim, os homens da fronteira têm outras possibilidades de sobrevivência e novas modalidades de poder.

A proposta de uma “fronteira manejada” implica pensar nos fronteiriços como indivíduos que têm plena consciência da presença do(s) Estado(s) e seus intentos de restringir as ambiguidades destes espaços, e que a noção de separação e contato, de ser estrangeiro ou não. Importa saber que a

³ Alguns exemplos são: Farinatti, Gil, Guazzelli (1998), Kühn, Neumann, Osório e Thompson Flores.

fronteira não é “aberta” e tampouco tem sua existência negada; justamente o reconhecimento de sua existência é que possibilita o seu “manejo”, ou seja, usar estratégias adequadas para um e outro lado da “linha”.

É importante observar que as identidades americanas se definiram apenas pelas suas alteridades: “nós” e os “outros”. Neste sentido, são os grupos dominantes que normatizam as identidades e alteridades: quem somos “nós” e quem são os “outros”. A hierarquização das sociedades americanas impedia uma identidade na qual o “nós” significasse a divisão compartilhada de atividades comuns. Tanto para setores centrais e locais do poder, elites produtoras e comerciantes, trabalhadores rurais e urbanos, livres e escravos, a fronteira se torna um “recurso” a ser “manejado” em favor dos que o usam, mas os resultados serão assimétricos devido às diferenças sociais (THOMPSON FLORES, 2012).

Estas considerações permitem que os temas fronteiriços sejam privilegiados nos recortes cronológicos e temáticos mais variados. Neste sentido, a historiografia produzida pelos pesquisadores do extremo Sul se “apropriou” da fronteira como forma de criar um espaço próprio, também ele “fronteiriço”, porque não pode ser submetido aos limites de uma história “nacional” ou mesmo “provincial” (GUAZZELLI, 2009).

Literatura e História: nacionalismo no século XIX

Si las novelas son ciertas o falsas importa a cierta gente tanto cuanto que sean buenas o malas y muchos lectores, consciente o inconscientemente, hacen depender lo segundo de lo primero (VARGAS LLOSA, 2002, p.3).

A Literatura, diferentemente da História, não está preocupada em dar conta cientificamente do passado. No entanto, “La recomposición del pasado que opera la literatura es casi siempre falaz juzgada en términos de objetividad histórica. La verdad literaria es una y otra la verdad histórica. Pero – aunque

esté repleta de mentiras – o, más bien, por ello mismo – la literatura cuenta la historia que la historia que escriben los historiadores no sabe o no puede contar” (VARGAS LLOSA, 2002, 11).⁴

A Literatura não está preocupada com uma “verdade histórica”, e os relatos literários devem ser apenas “verossímeis”. Um tipo de literatura, no entanto, procurou uma veracidade que, se não substituía a História tinha muito apelo: o “romance histórico”, de grande difusão no século XIX, protagonista na difusão de uma ideologia marcante, o Nacionalismo; refletir sobre este papel da Literatura de uma ideologia talvez possa trazer algumas luzes acerca da questão inicial, proposta para este texto.

Usar a literatura como fonte requer que determinadas considerações sejam feitas. Afinal, “os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis”, ou seja, eles também têm “uma estreita relação com as ideologias sociais” (EAGLETON, 2006, p.24). Parte-se do princípio de que qualquer reflexão a respeito da literatura enquanto testemunho histórico deve assumir um pressuposto materialista de análise, ou seja, de que a literatura não é transcendente historicamente.

A análise de textos literários por uma perspectiva histórica deve estar livre de duas concepções que, segundo Roger Chartier (2002), se constituem em limites para essa abordagem: a desconsideração dos suportes em que os textos são veiculados, o que implica em retorno à importância da vinculação do texto em relação ao seu aspecto material, e a semelhante desconsideração das circunstâncias em que tais textos não somente são produzidos, mas também são apreendidos pelos diversos grupos (CHARTIER, 2002). Este autor, portanto, propõe uma leitura histórica da obra literária embasada nos

⁴ Karl Marx afirmava que a Charles Dickens dizia mais sobre o capitalismo que os economistas ingleses; seu parceiro Friedrich Engels escrevia o mesmo em relação a Balzac e a burguesia; o sociólogo marxista Agustín Cueva afirmava o mesmo sobre o realismo do romance latino-americano.

fatos que construíram a obra: localização do lugar, do tempo e da sociedade, técnicas e formas de difusão e apropriação. Entendendo-se que “as próprias representações do mundo social são componentes da realidade social” (HUNT, 1992, p.9) e sendo a literatura um importante instrumento desta representação, porque expressa um tipo de pensamento atinente a um contexto histórico-cultural.

A respeito da formação da ideia de nação, partimos da concepção proposta por Benedict Anderson (1989), que considera a nacionalidade, o nacionalismo e a *nation-ness* como artefatos culturais peculiares, cuja compreensão requer que se considere como os mesmos se tornaram entidades históricas e de que modo seus significados variam no tempo. Anderson traça a criação desses conceitos no final do século XVIII, sustentando a afirmação de Ernest Gellner (1983) de que o nacionalismo inventa nações onde elas não existem. Assim sendo, “a ficção desliza silenciosa e continuamente para dentro da realidade, criando aquela notável segurança de comunidade anônima que é a marca de garantia das nações modernas” (ANDERSON, 1989, p.44).

O Nacionalismo talvez seja a grande ideologia do século XIX; presente nas mais variadas correntes políticas e filosóficas terminou por se impor em quase todos os quadrantes da Terra. Para os estudiosos do tema, foi o Nacionalismo que criou as nações, não o contrário. Neste processo, o Romantismo teve uma grande importância na recriação de linguagens – no seu sentido mais amplo – e de literaturas que fossem identificadas com os povos. Na criação destas identidades, era fundamental a “invenção” de passados que as legitimassem, e aqui o papel dos romances. Memória e identidade, eis o amálgama fundamental para a construção das nações!

O criador do romance histórico foi o escocês Walter Scott, que “inventou” um passado para Escócia em *Waverley*, de 1814. No prefácio desta

história de um jovem escocês que lutava pelos ideais jacobitas na rebelião de 1745, o autor afirmava a “veracidade” do seu livro: “I thought also that much of what I wanted in talent, might be made up by the intimate acquaintance with the subject which I could lay claim to possess” (SCOTT, 1994, p. 8). Também *Rob Roy* (SCOTT, 2003) de 1817, mantém a precisão descritiva da Escócia no século XVIII, onde homens rudes como Rob Roy McGregor mostram uma dignidade já inexistente na “civilização”.

Mas seu livro mais famoso é *Ivanhoe* (SCOTT, 1947), escrito 1819, sobre a Inglaterra conquistada pelos normandos aos saxões. Os *thanes* saxões, Ivanhoe e seu pai Cedric, resistem à dominação dos normandos, como o templário Bois-Gilbert, o nobre *Front-de-Boeuf*, além do famigerado príncipe regente João. Nesta trama, eles foram auxiliados pelo misterioso Cavaleiro Negro, que era o verdadeiro rei, Ricardo “Coração de Leão”. Forjava-se uma unidade inglesa, em torno de um soberano que vinha da Cruzada, devoto, corajoso e justo para os súditos, fossem normandos ou saxões. Apesar destas disputas entre a nobreza, os personagens mais atuantes têm uma condição social “fronteiriça”, como Tuck, um frade portador de armas, Robin Hood, o “bom ladrão”, o mercador judeu Isaac e sua filha Rebeca. A criação de uma identidade nacional passava por uma reincorporação de identidades anteriores – normandos e saxões, clero, nobreza e servos – que, amalgamados pelas lutas, dão sentido para a nação do presente.

Alexandre Herculano foi inspirado por Scott durante seu exílio em Londres em 1831. Ele tornou-se um misto de romancista e historiador, com uma profícua obra onde sempre procurou o passado glorioso de Portugal, destacando o caráter guerreiro, belicoso, indomável e até cruel dos lusitanos de antanho. Esta também foi a ênfase de seus romances e contos históricos.

Seu primeiro romance do gênero foi *Eurico, o Presbítero* (HERCULANO, 1999), de 1844. É uma história passada durante a ocupação

da Espanha pelos árabes. Eurico, um nobre que se tornara monge, se disfarça como Cavaleiro Negro – seria uma inspiração no guerreiro homônimo que aparece em *Ivanhoe*? – e participa da derrocada final de Rodrigo, o último rei visigodo da Espanha.

Mas *Lendas e Narrativas* (HERCULANO, 1992) talvez seja a obra mais coerente da sua literatura histórica. A primeira delas é *A Batalha do Crissus*, quando os visigodos foram batidos pelos mouros. Já *O Alcaide de Santarém* apresenta as intrigas no seio do Califado de Córdoba, e o papel dos pequenos reinos cristãos. A independência lusitana no século XII, do primeiro rei Afonso Henriques, é relatada em *O Bispo Negro*; da mesma época, *O Castelo de Farias* e *A Morte do Lidador* mostram o enfrentamento dos portugueses contra os sarracenos, legitimando a identidade nacional. Contra Castela, há *Arras por Foro de Espanha*, onde se reitera a autonomia conquistada. A nação dependeu destes “homens de fronteira” que se sucederam, passando do reino visigodo para *Al Andalus* islâmico, dele para os reinos cristãos, e de Castela para Portugal...

As Fronteiras em Terras Americanas: Pioneiros ou Bárbaros?

Sua preocupação inicial com a ausência de ‘temas americanos’ nos romances publicados em seu país Cooper não se preocupou apenas em introduzir essas temáticas, mas também em demonstrar o quão variadas elas podiam ser devido à pluralidade do território estadunidense (FREITAS, 2012, p.44).

Na América, onde o processo de organização nacional é mais recente, a construção de um passado que inventasse uma identidade contraposta às origens coloniais dos países europeus contra quem se lutava, exigiu esforços mais intensos. Neste sentido, encontramos uma diferença fundamental nesta criação de identidades: o caso norte-americano, que faz a apologia do pioneiro em relação aos ingleses; sul-americana, especialmente dos países do rio da Prata que barbariza os seus habitantes. Em ambos, o homem americano é fruto de

uma fronteira e de uma miscigenação cultural, que foram mostradas primeiramente pela Literatura.⁵

A primeira fronteira americana foi literalmente “a beira da praia”, conforme mostram os relatos de europeus que viveram entre nativos e se uniram às suas mulheres, gerando uma primeira geração de mestiços; deles apreenderam tudo sobre o Novo Mundo.⁶ Na medida em que se expandia a fronteira, a Norte e a Sul do continente, reproduziam-se os contatos e os convívios; novos fronteiriços se encarregavam destas franjas dos impérios coloniais e, apesar de sofrerem muitas vezes a desconfiança das autoridades, sua atividade era fundamental para a formação dos espaços, onde as metrópoles tinham dificuldade de atuar. No período de construção dos Estados nacionais, os escritores americanos trataram de reconstituir estes passados.

Os primeiros escritos sobre os homens da fronteira nos EUA apareceram logo após a independência, e eram relatos de pioneiros que se internavam na Louisiana.⁷ O de maior impacto antes do século XIX foi a “memória” de Daniel Boone (1996), que havia vivido e lutado contra os índios e que descobrira vários caminhos para o mítico Oeste, escrita em 1794. Os *riflemen*, guias e caçadores, resultavam da miscigenação entre brancos e índios; eram vistos com desconfiança, mas eram necessários para proteger as fronteiras. Era o início ao mito da fronteira, que seria a gênese do verdadeiro “espírito americano”, libertário individualista e empreendedor (AVILA, 2005).

⁵ Versões tomadas pela História: Turner (1996), para os EUA; Sarmiento (1996), para a Argentina.

⁶ Diego Álvares, o *Caramuru*, e João Ramalho foram encontrados por Martim Afonso de Souza. Poucos anos depois, Aleixo García entrou pelos sertões paraguaios e chegou alcançou altiplano próximo a Cuzco. Na América do Norte, a conquista do Império Azteca foi viável pelas alianças de Cortez com indígenas descontentes; e talvez o mais notável caso tenha sido o périplo de Alvar Nuñez *Cabeza de Vaca*, que andou 18.000 quilômetros, e atuou como xamã e curandeiro.

⁷ Esta era a região que ficava entre a cadeia dos Apalaches e o rio Mississipi no fim do século XVIII. Pertenceu sucessivamente à Espanha e à França, sendo adquirida mais tarde pelos Estados Unidos.

A versão americana do romance histórico foi criada por James Fenimore Cooper, que seria o “pai fundador” incontestável da literatura dos Estados Unidos, divulgando precocemente o país no mundo das letras internacionais. As obras mais famosas foram cinco romances que compuseram a série *The Leatherstocking Tales*⁸, protagonizados por um pioneiro da “fronteira”.

O principal personagem dos livros de Cooper é Natty Bumppo, ou *Hawkeye*, um caçador branco criado por índios moicanos, em diferentes fases de sua vida. Em *The Pioneers* (COOPER, 1964), ele já é um caçador idoso que no início do XIX assiste o avanço da “civilização” nos limites do Estado de Nova Iorque, em permanente conflito com as autoridades. Na obra mais conhecida, *The Last of the Mohicans*, (COOPER, 1989) aborda a Guerra dos Sete Anos, entre franceses e ingleses no século XVIII. *Hawkeye* mais os moicanos Chingachhook e Uncas protegem as filhas do coronel Munro, a morena Cora, filha de uma mulata jamaicana, e a loira Alice, de mãe inglesa. Os moicanos são índios “bons”, aliados dos ingleses; os *hurons*, amigos dos franceses, são os “maus”. O Destacam-se as qualidades dos pioneiros, sem os quais não avançaria a fronteira. *The Prairie* (COOPER, 1987) mostra o caçador muito idoso em busca de sua última fronteira, as Grandes Planícies; aqui os *pannees* são aliados, e os *sious* inimigos. *The Pathfinder* (COOPER, 1980) retoma a época colonial, e *The Deerslayer* (COOPER, 1982) versa sobre a juventude do herói e seu batismo de fogo.

Mais tarde as *dime novels* propalariam histórias sobre heróis do Oeste. Na virada do século, o Cinema e a História em Quadrinhos divulgariam versões destas criações; nelas ainda estão presentes as características criadas por Cooper: o “homem americano” foi forjado na fronteira, no embate com o “outro”, com quem se tornou parecido, mas sem jamais ser assimilado.

⁸ A palavra *leatherstocking* se refere às vestimentas indígenas usadas pelo fronteiriço. Pela ordem de publicação, os livros são: *The Pioneer*, 1823; *The Last of the Mohican*, 1826; *The Prairie*, 1827; *The Pathfinder*, 1840; e *The Deerslayer*. 1841. Os dois primeiros têm traduções em português.

O rio da Prata teve relatos desde as primeiras tentativas de colonização. Mas foi em 1801 que apareceu a *Memória* de Félix de Azara (1943), um ilustrado espanhol, que tratava de fazer um “diagnóstico” dos problemas da colônia e buscar soluções. Sua principal constatação era o predomínio da grande propriedade pecuária, que condicionava a formação de uma plebe rural ociosa e para vícios que derivavam para a delinquência; propunha, em contrapartida, que se estimulasse a pequena propriedade agrícola, onde a ideia do lucro individual dos granjeiros fosse o principal fator de progresso. Isto traria paz aos campos e controle para as fronteiras, especialmente a expansão portuguesa.

O vocábulo “gaúcho” – *gaucho* em castelhano – é uma das tantas de origem ainda obscura, e que teve muitos significados. Aparecido em fins do século XVIII, designava os *hombres sueltos* das campanhas platinas, tendo caráter pejorativo e uma rica sinonímia: *vagamundo*, *gaudério*, *vago*, *malentretenido*, *cuatrero*, entre tantas; todas estas origens se referiam a indivíduos que, por não terem relações de trabalho estáveis, viviam dos mais variados expedientes, quase todos associados a algum tipo de delito pelas autoridades. A esta avaliação depreciativa, acrescentara-se a expressão *montonero* – aquele que vem do *montón*, da plebe – aos termos antes citados.

Após a independência, o intrincado processo de organização nacional poria em campos opostos *unitários*, defensores de um governo central forte e associado ao comércio externo, e *federales*, que pretendiam autonomia para as províncias, onde os estancieiros se, convertiam em caudilhos de milícias irregulares. Nos anos 30, o Partido Federal assumiu o controle da Argentina com Rosas, principal caudilho de Buenos Aires. Isto motivou a criação de uma produção literária de cunho liberal, que combatia a “barbárie” dos *gauchos* e dos caudilhos *federales* que os comandavam.⁹

⁹ Denominavam-se *montoneros*: os que vinham do *montón*. Foi um pejorativo cunhado pelos espanhóis, que estavam cercados em Montevideu pelos milicianos de Artigas.

Este foi o argumento de *Facundo*, livro canônico escrito em 1845 por Sarmiento (1996). Para ele, era o cotidiano das estâncias que originava a “barbárie”: habituados à matança dos animais, passando pelas disputas em duelos à arma branca, os *gauchos* eram facilmente arrastados pelos seus chefes para as guerras civis, porque nelas defendiam um modo de vida que era incompatível com a “civilização” que a Europa trazia para as cidades: “o movimento revolucionário introduziu, por fim, a associação bélica na *montonera* provincial, filha legítima da venda e da estância, inimiga da cidade e do exército patriota revolucionário” (SARMIENTO, 1996, p. 66). Rosas era o principal chefe destes homens, que formavam bandos para perseguirem os opositores do Partido Federal, ou mesmo aqueles que tinham os hábitos “civilizados” trazidos das cidades europeias; estes bandos eram denominados de *mazorcas*¹⁰, e *mazorquero* tornou-se equivalente a *gaucho* ou *montonero* para identificar os “bárbaros”. A proposta “civilizada” de Estado nacional era o extermínio destes homens e de seus hábitos.

Para ele, a América Latina tinha a marca da mistura racial, onde a contribuição de etnias africanas e indígenas numa miscigenação com espanhóis – europeus sim, mas decadentes! – tivera um resultado negativo, inabilitado “naturalmente” às usanças políticas do Estado moderno. Este foi um tema central de *Conflicto y Armonía de las Razas en América*, publicado em 1883. Afirma, por exemplo: “una mezcla de españoles puros, por elemento europeo, con una fuerte aspersión de raza negra, diluido el todo en una enorme masa de indígenas, hombres prehistóricos, de corta inteligencia, y casi los tres elementos” (SARMIENTO, 1883, p. 37).

Uma expressão literária candente da ojeriza aos gaúchos e seus caudilhos é *El Matadero*, de Estebán Echeverría (1999). Toda a história se passa

¹⁰ A palavra era uma corruptela da expressão “¡más horca!”, usada para incentivar os linchamentos.

no *Matadero del Alto* em Buenos Aires, numa única tarde, e que “reunía todo lo horriblemente feo, inmundo y deforme de una pequeña clase proletaria, peculiar del Río de la Plata” (ECHEVERRÍA, 1999, p. 156). Fiel seguidora de Rosas, esta gente exibía “los siguientes letreros rojos: ‘Viva la Federación’, ‘Viva el Restaurador’, ‘Mueran los salvajes unitarios’. Letreros muy significativos, símbolo de la fe política y religiosa de la gente del Matadero” (ECHEVERRÍA, 1999, p. 158). Nas tropelias, um jovem *unitario*, foi capturado, torturado e morto pelos *federales*, resumindo o autor no final: “a todo hombre decente y de corazón bien puesto, a todo patriota ilustrado, amigo de las luces y de la libertad; y por el suceso anterior puede verse a las claras que el foco de la Federación estaba en el Matadero” (ECHEVERRÍA, 1999, p. 173).

A contrapartida desta literatura produzida pelos intelectuais dos grandes centros latino-americanos, “europeizados” e em busca de projetos civilizatórios para os “males” do continente, foi uma produção textual muito original, que buscava nas raízes de *los de abajo* a legitimidade para outros projetos políticos. E esta era a denominada *gauchesca*!

Literatura Gauchesca

Nunca dijo: Soy gaucho. Fue su suerte / no imaginar la suerte de los otros. / No menos ignorante que nosotros, / no menos solitario, entró en la muerte (BORGES, 2005, p. 66).

A epígrafe de Jorge Luis Borges faz parte de uma significativa aproximação deste escritor – conhecido pelas suas posições liberais e pelo asco ao caudilhismo do passado e o populismo de sua contemporaneidade – aos temas relativos à literatura gauchesca sua importância. Ele via a mistificação do gaúcho do passado justamente, a partir do seu fim enquanto temido guerreiro das *montoneras*, mas virado “em peão de fazenda, assalariado rural, soldado de linha ou em mero desocupado que engrossa os cinturões de miséria nos centros urbanos” (ROCCA, 2002, p.127). O que restava era o

gaúcho literário, como ele próprio escreveu noutra parte: “Homens da cidade lhes fabricaram um dialeto e uma / poesia de metáforas rústicas” (BORGES, 1985, p.24).¹¹

Existem três temas que são recorrentes na literatura gauchesca, com sucedâneos até os dias atuais: o passado idealizado, onde os gaúchos viviam em harmoniosamente nos pagos, e qual a gênese dos conflitos que os atingiram; os gaúchos guerreiros, portadores dos ideais americanos de liberdade e igualdade, primeiro contra a dominação europeia, e contra as gentes dos grandes centros urbanos; a sabedoria pampiana, aprendida com a experiência, mais confiável que a ciência dos *puebleros* e um apanágio dos campeiros, talvez o tema mais “folclorizado” nas diversas versões literárias feitas dos gaúchos. A “literatura *gauchesca* é um híbrido”, por ser “uma literatura de aliança de classe que do interior da dominação mesma toma distância do objeto da sua elaboração poética: e por isto ela é *gauchesca*, não *gaúcha*” (LOIS, 2004, p.39).

A primeira expressão da literatura gauchesca foi o oriental Bartolomé Hidalgo (1967), engajado precocemente nas hostes de Artigas que acossaram os realistas espanhóis cercados em Montevideu. Usando linguagem e formas poéticas populares, Hidalgo recontava os feitos artiguistas, portadores dos ideais libertários americanos contra a intolerável dominação do mundo colonial, herdada pelos organizadores dos Estados nacionais. Esta participação dos *gauchos* fazia da guerra uma extensão das suas vidas nas estâncias. Outra modalidade poética, introduzida por Hidalgo, foi o *diálogo patriótico*, uma forma pedagógica de, na linguagem campeira, dar entendimento à movediça cena política que se desenvolvia no Prata; aqui era o capataz Jacinto Chano, experiente e sábio, que respondia as muitas dúvidas do gaúcho Ramón Contreras.

¹¹ No entanto, ele mesmo revisitou muitas vezes os cenários da gauchesca, com especial atração pela saga de Martín Fierro (BORGES; GUERRERO, 1979).

Muitos *cielitos* e *diálogos patrióticos* de autores anônimos, produzidos durante as guerras civis na Confederação Argentina do século XIX, foram recolhidos por Eduardo Jorge Bosco, Francisco Acuña de Figueroa, Martiniano Leguizamón, Ricardo Rodríguez Molas. Esta produção homenageava os principais chefes *federales* – Dorrego, Rosas, Quiroga, Peñaloza, Varela, entre muitos – compondo o conjunto amplo e difuso do denominado “*Cancionero Federal*” (VIGNOLO, 1976).

Mas também apareceu uma literatura gauchesca a partir do campo político dos *unitarios*, um contraponto a esta massiva produção que se identificava com os ideais federalistas. O mais importante destes autores foi Hilario Ascasubi (1998) que – entre outras obras – em 1851 publicou *Santos Vega*, inspirando-se na figura lendária do *payador* que havia desafiado o próprio diabo, para retratar a vida rural da Argentina.

Mas, certamente o nome principal de toda a literatura foi José Hernández (2009) e seu canônico *Martín Fierro*. No poema, ele faz o resgate do *gaucho malo* de sua condição de “barbárie” atribuída pelos intelectuais urbanos e liberais. A transição para os “novos tempos” é essencial em Hernández para toda a dramaticidade da saga de Martín Fierro. Agarrado com tantos outros quando cantava numa *pulpería*, foi remetido para o serviço militar, desencantos de Fierro levam-no a desertar e retornar ao pago, onde encontra o rancho virado em tapera e desaparecidos mulher e filhos. As tropelias que sofreu, Fierro cobrará com violência: e cometerá crimes que terminam obrigando-o a refugiar-se nas *tolderías* dos índios. Hernández, idealizando um passado anterior à subjugação do gaúcho, fez o primeiro libelo em defesa daqueles tipos que eram quase sempre associados ao delito (HALPERIN DONGHI, 1985, p.293).

Os gaúchos como protagonistas da nação americana estão também presentes na gauchesca uruguaia. É canônico o poema *Los tres gauchos orientales*, de Antonio Lusich (1937), um “coloquio entre los paisanos Julián Giménez,

Mauricio Baliente y José Centurión”, no qual os três gaúchos que lutaram junto aos *blancos* chefiados por Timoteo Aparicio conversam sobre a *Revolución de las Lanzas* que recém terminara. Parceiro literário de Lusich, também Javier de Viana (2006) buscou inspiração na participação dos *gauchos* nas guerras civis; seus personagens costumam ser veteranos da gesta de Artigas, que se dispõem a mais uma lida pela pátria que ajudaram a construir, mesmo que isso implique sacrifício de seus bens e situações pessoais.

Literatura Gauchesca em Simões Lopes: “Lendas do Sul”, o fantástico nas fronteiras do Rio Grande!

Tudo quanto não for vida é literatura, A história também, A história sobretudo...” (SARAMAGO, 1989, p.15).

Na literatura gauchesca do Rio Grande do Sul, a ideia de pátria exhibe as contradições ainda presentes: os rio-grandenses que deram seu sangue para afirmar a “marca portuguesa” no espaço platino castelhano, foram os mesmos que se rebelaram e repeliram a autoridade do Império, e os chefes farroupilhas receberam por parte dos literatos o papel de liderança incontestável dos homens da campanha. Como nos países vizinhos, o termo “gaúcho” mudou paulatinamente de significado: de sinônimo de desocupado ou mesmo de delinquente, aos poucos foram incorporadas as melhores características dos trabalhadores campeiros, e recebendo as loas de identidade da província sulina (CHIAPPINI, 1987, p.342).

A literatura gauchesca teve, desde o final do século XIX, a preocupação em retomar para o Rio Grande do Sul seu protagonismo enquanto defensor dos interesses luso-brasileiros, de modo que o “gaúcho” rio-grandense tinha atitudes e modos distintos dos “castelhanos”. De sorte que, a par de servir de exemplo de campeiro que enfrenta as adversidades inerentes às lides pastoris, em condições ambientais também muito duras, os “gaúchos” tinham

sido as verdadeiras “sentinelas” do Brasil, obstáculos intransponíveis às ambições platinas.

Como estas interpretações eram arbitrárias, na medida em que “fronteiras” não se restringem a limites políticos, culturalmente houve “contrabando” de ideias oriundas do rio da Prata, e a gauchesca rio-grandense guardou semelhanças com os textos literários argentinos e uruguaios. A tradição inventada transferia para o passado as contradições do presente, e as diferenças entre os espaços urbanos e rurais se reproduziam como resultados de uma modernidade que feria hábitos antigos. Na literatura, isto se demonstrava no uso de expressões locais, arcaísmos e “metáforas rústicas” citadas por Borges (2005, p. 66).

Tratarei neste texto um dos tantos escritores rio-grandenses ligados à gauchesca, João Simões Lopes Neto (2006), mais especificamente de alguns de seus textos que compuseram *Lendas do Sul*. Este livro, editado pelo autor em 1913, tem sido publicado em conjunto com *Contos Gauchescos*, que o antecedeu em um ano. É nos contos que encontramos a verossimilhança entre o “gaúcho literário” com o “gaúcho histórico” do passado. No início de *Contos Gauchescos*, o autor anuncia o personagem-narrador: “Blau, o vaqueano”, velho gaúcho que tinha sido um “furriel farroupilha” e se mantinha “desempenado arcabouço de oitenta e oito anos, todos os dentes, vista aguda e ouvido fino”, compondo o “genuíno tipo – crioulo – rio-grandense (hoje tão modificado)” (LOPES NETO, 2006, p.42).

O escritor procura mostrar aspectos históricos da província em três momentos do “ciclo de vida” do personagem-narrador e encontramos o Rio Grande em tempos de guerra, também em distintas conjunturas do processo de formação dos Estados nacionais. (Outros contos mostram o papel dos rio-grandenses na construção de um espaço, apesar das intromissões indevidas do Império. Desta forma, contrariamente à produção gauchesca de argentinos e

uruguaio, a rio-grandense mostra ambiguidades quando faz dos gaúchos os protagonistas da pátria, na medida em que frequentemente estava a província em disputa direta com as autoridades centrais)

O Anjo da Vitória (LOPES NETO, 2006, p.127-132) era a alcunha do Marechal José de Abreu Mena Barreto, comandante da cavalaria rio-grandense desde 1801 a 1827. A ação ocorre durante a Guerra da Cisplatina, na Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827. Blau Nunes tinha ao redor de dez anos, o desastre militar que deixou o Rio Grande no abandono pelo Império, também o deixou órfão.

O Duelo dos Farrapos (LOPES NETO, 2006, p. 147-153) se passa no início de 1844, tendo como clímax o duelo de morte entre Bento Gonçalves, Presidente da República Rio-Grandense, e Onofre Pires. Ordenança de Bento. Blau testemunhou a luta, em 27 de fevereiro de 1844. Ferido neste duelo, Onofre morreu poucos dias depois; de certa maneira, isto representa a morte da República, quase um ano depois.

Chasque do Imperador (LOPES NETO, 2006, p.93-99) se dá no início da Guerra do Paraguai, quando Dom Pedro II juntou-se às tropas de Caxias no cerco de Uruguaiana. Blau, já cabo, é indicado para o serviço do Imperador, presenciando situações contrastantes entre os homens da Corte e as rudes forças da província. Apesar disto, era já o Rio Grande amadurecido, “sentinela avançada” do Império, como o Blau que agora servia ao mesmo Imperador (GUAZZELLI, 2002).

Se os contos tratam de um tempo histórico associado à formação dos Estados nacionais e organização capitalista da produção, as lendas remetem ao passado mais remoto, colonial ou mitológico (CHIAPPINI, 1987, p.251). Tratarei aqui de três das *Lendas do Sul* de João Simões Lopes Neto: *O Lunar de Sepé*, *O Negrinho do Pastoreio* e *A Salamanka do Jarau*. Nelas se destacam os marginalizados na formação da nação: indígenas, negros, mulheres e até os

gaúchos! Assim, tais “fronteiras” além de espaciais são também comportamentais e textuais.

O Lunar de Sepé (LOPES NETO, p. 255-261) é a lenda do cacique Sepé Tiaraju, chefe nas Guerras Guaraníticas de 1754-56.¹² Estes conflitos se deram em função do Tratado de Madri de 1750, que obrigava a retirada dos guaranis das Missões Orientais – no atual Rio Grande do Sul – para as terras de Espanha na margem ocidental do rio Uruguai. A história do cacique motivou controvérsias, a começar pelo nome: *Tiaraju*, “a luz do dia”, se devia a um “lunar”¹³ em forma de cruz, e que brilhava à noite. A luz e a cruz do dia iluminando a noite! Aqui se percebe uma “fronteira” tanto espacial quanto identitária. Missioneiro, era guarani e também espanhol: “E aprendeu as letras feitas / Pelos padres, na escritura” (LOPES NETO, 2006, p.257). O seu “lunar” era também marca da cristandade, da civilização missioneira à qual pertencia. Como aliados fiéis dos espanhóis, os indígenas das reduções jesuíticas reagiram ao Tratado de Madrid de 1750 que permutava a Colônia do Sacramento de Portugal pelas Missões Orientais do Uruguai que pertenciam à Espanha.

O acordo entre as potências ibéricas mudara a ideia de “fronteira” no espaço missioneiro: aquela que existira entre Portugal e Espanha dera lugar a outra, étnico-cultural, entre os guaranis rebelados e as tropas combinadas entre as duas metrópoles para impor o Tratado pela força: “E, de Castela tampouco / Esperava tal furor; / Pois sendo seu soberano / Respeitara seu senhor:” (LOPES NETO, 2006, p. 260). A “paz” do Tratado ignorava os guaranis, preteridos pelos velhos inimigos lusitanos.

Tiaraju era cacique por tradição, chefe guerreiro, e corregedor de São Miguel quando iniciou a rebelião junto aos caciques Ñenguiru e Paracatu.

¹² O autor afirma que recolheu os versos de “*uma velhíssima mestiça*”.

¹³ O poema emprega esta palavra espanhola que designa sinal ou marca de nascença.

Nestas disputas fronteiriças dos reinos ibéricos na América, também os guaranis fizeram-se ouvir e batalharam pelas suas vidas, e enfrentaram o poderoso exército de Espanha e Portugal: “Eram armas de Castela / Que vinham do mar de além; / De Portugal também vinham, / Dizendo, por nosso bem: / Mas quem faz gemer a terra... / Em nome da paz não vem!” A paz concertada na Europa trouxe a guerra desigual contra os ameríndios. Em Caiboaté, foram liquidados os guerreiros de Sepé. Os sobreviventes tornaram-se peões; as *chinas*, violadas pelos vencedores, originariam os mestiços que depois se chamariam gaúchos.

A última “fronteira” seria entre o real e o fantástico. O corpo de Sepé ficou no campo de batalha, mas seu “lunar” – mais palpável que uma alma! – subiu aos céus, transformando-o de mártir em santo: “E o – lunar – da sua testa / Tomou no céu posição...” (LOPES NETO, 2006, p. 261). No firmamento, o “lunar” tornou-se o Cruzeiro do Sul, a lembrar de que neste rincão da América a defesa da Cruz foi feita pelos guaranis missioneiros, contra a cupidez conjunta dos reinos ibéricos.

O início de *O Negrinho do Pastoreio* (LOPES NETO, 2006, p. 235-242) mostra que a história passa no século XIX, com a escravidão já presente, mas as propriedades pouco definidas: “Naquele tempo os campos ainda eram abertos, não havia entre eles nem divisas nem cercas” (LOPES NETO, 2006, p.235). Se a posse dos campos era indefinida, os bens “semoventes” eram muito valiosos, o que incluía os escravos. A história é muito simples: um escravo ainda menino foi submetido a castigos e torturas até a morte pelo seu senhor, por não ter podido cumprir demandas que estavam muito além das suas forças.

O próprio nome da lenda indica que o Negrinho era campeiro; muito antes dos historiadores a ficção apresentava escravos trabalhando nas estâncias de criação; a presença de escravos muito jovens indica a necessidade de ensiná-

los a montar, impossível de se fazer com adultos. O fazendeiro, um homem mau, só tinha atenções para o próprio filho, para um cavalo “baio cabos-negros”, e para um escravo ainda pequeno, a quem “não deram padrinhos nem nome; por isso o Negrinho se dizia afilhado da Virgem, Nossa Senhora, que é a madrinha dos que não a tem” (LOPES NETO, 2006, p.236).

Na lenda se revela uma contradição: ao mesmo tempo em que era um dos bens mais apreciados pelo estancieiro, o Negrinho não tinha nome, uma marca muito forte da condição escrava: fora-lhe negada a humanidade. Por outro lado, o cativo sem nome cuidava da principal propriedade do estancieiro: “Todas as madrugadas, o Negrinho galopeava o parselheiro baio” (LOPES NETO, 2006, p.236). E foi ele o ginete da carreira em que seu dono apostara mil onças de ouro. A perda da carreira lhe custou o castigo ditado pelo patrão: “ – Trinta quadras tinha a cancha da carreira que tu perdeste: trinta dias tu ficarás aqui pastoreando a minha tropilha de trinta tordilhos negros...” (LOPES NETO, 2006, p.238).

Mesmo martirizado, o escravo foi ainda encarregado dos principais bens do patrão: ao baio corredor, somava-se uma tropilha de uma única pelagem!¹⁴ O texto sugere uma vez mais a importância dos escravos campeiros. Em relação ao Negrinho, mais que isto havia os ciúmes do filho, que soltava os animais para que o pai mandasse surrá-lo: “O menino maleva foi lá e veio dizer ao pai que os cavalos não estavam” (LOPES NETO, 2006, p.239).

Foram necessários dois milagres de Nossa Senhora para a redenção do menino escravo. O primeiro, no encontro do pastoreio perdido: “a vela benta ia pingando cera no chão: e de cada pingo nascia uma nova luz, e já eram tantas que clareavam tudo” (LOPES NETO, 2006, p.239). O segundo foi dar a santidade ao escravo: surrado, morto e jogado num formigueiro depois de

¹⁴ Numa época em que cavalos mansos não eram comuns, possuir uma “tropilha de um pelo” tratava-se de um luxo que poucos teriam. E a pelagem chamada de “tordilho negro” é bastante incomum!

novamente perder os animais, o Negrinho ressuscitou justamente no terceiro dia: “O Negrinho, de pé, e ali ao lado, o cavalo baio e ali junto, a tropilha dos trinta tordilhos...” Mais, além disto, “o estancieiro viu a madrinha dos que não a têm, viu a Virgem Nossa Senhora” (LOPES NETO, 2006, p.240-241). Depois, o Negrinho foi visto muitas vezes em disparada no baio, tocando por diante a tropilha... Também passou a fazer milagres, especialmente encontrando coisas perdidas.

A lenda não narra a presença de outros cativos ou mesmo peões livres, de modo que se limita a tratar da crueldade do estancieiro e seu filho com o pequeno escravo. No entanto, o Negrinho ter-se tornado um “santo popular” indica que a presença do negro nos campos do Rio Grande era bem importante!

A Salamanca do Jarau (LOPES NETO, 2006, p.195-227) é o texto mais bem acabado de Simões Lopes Neto, podendo ser considerado uma obra prima da literatura nacional. A história tem um formato bastante contraditório: um homem pobre, mas valente, enfrenta os perigos e feitiços de uma fada / bruxa encantada, que o premiaria se fosse vencedor. A descrição do homem na primeira frase é definidora: “Era um dia... um dia, um gaúcho pobre, Blau, de nome, guasca de bom porte, mas que só tinha de seu um cavalo gordo, o facão afiado e as estradas reais” (LOPES NETO, 2006, p.195).

O lugar onde Blau inicia sua saga é uma área de fronteira por excelência: o Cerro do Jarau, muito próximo à divisa com o Uruguai. Também na paisagem este único Cerro imponente quebra a monotonia da grande pradaria que forma o pampa sulino. Fronteira de espaço e paisagem, o Jarau foi cercado de mistérios, especialmente pela quantidade de covas e esconderijos que a formação rochosa apresenta.¹⁵

¹⁵ O Cerro do Jarau fica no atual município de Quaraí, e teria sido formado pela queda de um meteorito. Daí sua peculiaridade em relação à campanha da estremadura rio-grandense.

Campeando o boi, Blau se depara com boca da fuma encantada do Jarau, tão procurada por muitos atrás de tesouros e outros favores de uma lendária feiteira que ali vivia. Neste lugar estava “um vulto, de face tristonha e mui branca”, o “santão” que guardava a “salamanca” do cerro.¹⁶ Blau saúda-o: “Laus Sus-Cris!”¹⁷, um cumprimento usual entre os cristãos de tempos mais antigos. Na conversa que inicia com o “santão”, Blau conta o que já ouviu dizer sobre os encantamentos do Jarau.

As histórias contavam de mouros perseguidos que vieram fugidos de Salamanca, na Espanha, trazendo um condão mágico cuidado por “uma princesa moça, encantada”. A lenda mostra outros tantos marginalizados em terras americanas: os heréticos, muçulmanos falsamente conversos e sua feiteira: “E devia ter mesmo muita força o condão, porque nem os navios se afundaram, nem os frades de bordo desconfiaram, nem os próprios santos que vinham, não sentiram...” (LOPES NETO, 2006, p. 199). Na América encontraram outro maldito, Anhangá-Pitã, “diabo-vermelho” guarani, que os acolheu escondendo o condão mágico dos infiéis numa pedra preciosa que serviria de cabeça para a fada, convertida em “teiniaguá”, a lagartixa encantada.

Aqui se percebem novas “fronteiras” culturais / religiosas: os mouros renegados se aliaram a Anhangá, entidade guarani ligada à natureza e que os jesuítas identificaram com o demônio; do outro lado estavam os cristãos, incluindo os guaranis missionários, identificados com Tupã, antigo deus dos trovões, e que foi associado a Deus pelos padres inacianos. Anhangá-Pitã, “diabo-vermelho”, transformou o poderoso condão, “que navegara em navio bento e entre frades rezadores e santos milagrosos” (LOPES NETO, 2006, p.199) numa pedra também vermelha, talvez um rubi, de muito valor, mas da

¹⁶ As “salamancas” estão presentes em muitos relatos fantásticos de diversos países latino-americanos, e se referem a cavernas onde a bruxarias, feitiços ou demônios. A palavra está associada ao mito da Cueva de Salamanca, na cidade homônima, um dos lugares prediletos do Diabo para reunir seus acólitos.

¹⁷ Uma corruptela arcaica da expressão: “Louvado Jesus Cristo”.

cor do sangue e dos infernos. O novo aliado se encarregava então de esconder os poderes demoníacos dos defensores da Cristandade na América.

A “teiniaguá” também é portadora de significados diabólicos por ser lagartixa, um réptil como outros seres malignos (CHAVES, 1982, p.84). Além da serpente bíblica que os padres inculcaram nos missioneiros, os próprios guaranis tinham seus pesadelos com cobras nativas: a venenosa *mboicininga*, a cobra de chocalho, cascavel; a *mboiguacu*, a cobra grande, sucuri; e a mais temida de todas, *mboitatá*, a cobra de fogo, que aterrorizava os campos atacando os passantes nas noites pampianas.¹⁸ Neste sentido, a “teiniaguá” poderia se considerar tão perigosa quanto às serpentes; mesmo não sendo uma ameaça letal quanto aquelas, tinha o mesmo caráter “insinuante” ou “sedutor”, mais próximo da cobra edênica que enfeitiçara Adão e Eva.

Ao final do seu relato, Blau retoma outra “fronteira” marcante para seu tempo / espaço: os papéis sociais e culturais de homens e mulheres! No mundo masculino que usa da força bruta, as armas femininas são as transgressões. O poder político pertencera aos muçulmanos de Salamanca, mas o feitiço estava com a princesa moura. E Anhangá – entidade masculina – ensinou todos os segredos que conhecia à feitiçeira que chegara: “Só não tomou tenência que a teiniaguá era mulher...” (LOPES NETO, 2006, p.200). Ou seja, uma ameaça para a sociedade dos homens, e mesmo para um poderoso demônio das terras americanas!

A frase serviu de mote para a história do “santão”, começada na Missão de Santo Tomé, em cuja igreja ele fora sacristão. Capturando – ou sendo capturado! – pela “teiniaguá” quando todo o povo dormia, escondeu-a numa guampa e alimentou-a com mel. A guampa dura, símbolo fálico; o mel doce, representação feminina! Aqui já estava a nova “fronteira” da santidade abalada da Igreja servida pelo sacristão e o pecado que trazia a “teiniaguá”,

¹⁸ Entre as *Lendas do Sul* o autor escreveu também *A Mboitatá* (LOPES NETO, 2006, p.187-192).

feiticeira, princesa e mulher, infiltrada no claustro. E a tentação fatal: “Sou jovem... sou formosa..., e meu corpo é rijo e não tocado!... E estava escrito que tu serias o meu par!” (LOPES NETO, 2006, p.206).

Para tudo que oferecia era preciso abandonar a Cristo: “Se a cruz do teu rosário não me esconjurar... Sobre a cabeça da moura amarelejava neste instante o crescente dos infieis...” (LOPES NETO, 2006, p.206). E ele pecou mortalmente: “Uma noite ela quis misturar o mel do seu sustento com o vinho do santo sacrifício, e eu fui e busquei no altar o copo de ouro consagrado”, que em seguida “de boca para boca, por lábios incendiados o passamos...” (LOPES NETO, 2006, p.207). Descoberto, ele foi condenado ao garrote vil! Mas salvo na última hora pela “teiniaguá” encontrava-se desde então com ela na “salamanca” do Jarau, com todas as riquezas que ela recolhera, e “que ficou sendo o paiol de todas as riquezas de de todas as salamancas dos outros lugares” (LOPES NETO, 2006, p.211). O amor da moura salvara o “santão”, para o qual o tempo não atingia! O encantamento só findaria quando ele fosse saudado como cristão por três vezes!

Outra “fronteira”, entre o mundo ordenado dos homens e o encantado da fuma. Entrar na “salamanca” dividia o mundo real e lícito do fantástico e ilícito! “Alma forte e coração sereno!... Quem isto tem, entra na Salamanca, toca o condão mágico e escolhe do quanto quer...” (LOPES NETO, 2006, p.213). Bastava vencer as provas da fada moura: liberdade plena ao alcance da transgressão, fortuna dada pelo interdito, pelos feitiços dos infieis, dos traidores da Igreja, e dos demônios ancestrais. Os sortilégios femininos derrubavam todas as muralhas!

Blau vence as sete provas, mas nega as ofertas da feiticeira! Recebe como consolo uma moeda – a onça de ouro mágica – que jamais se esgota. O gaúcho despilchado compra arreios, cavalos, gados, terras... Mas o encantamento se torna maldição, ele fica sozinho, isolado pela desconfiança de

todos. Procura de novo o “santão” repetindo a saudação “Lau Sus Cris!...” Joga de volta a onça de ouro: “Devolvo! Prefiro a minha pobreza dantes à riqueza desta onça que nunca se acaba, é verdade, mas que parece amaldiçoada”. A terceira saudação, de despedida – “Adeus! Fica-te com Deus, sacristão!” – quebra o encanto do cerro, todas as bruxarias somem numa voragem de fogo; o “santão” e a feiticeira, agora transformados num casal de mortais, poderão viver as vidas comuns dos humanos (LOPES NETO, 2006, p.225).

O guasca pobre conseguira, na sua simplicidade e desprendimento, terminar com um poderoso feitiço que sobrevivera a Inquisição em Salamanca, escapara à vigilância dos religiosos na viagem para a América, e ainda a santidade das Missões guaranis. Mas voltava também a pobreza de Blau, pois sua riqueza era indevida; ricos, só os senhores das terras. A sina do gaúcho pobre só pode ser vencida por magias diabólicas, ou ele será sempre um “guasca” que só tenha de seu “um cavalo gordo, o facão afiado e as estradas reais”! Mais tarde, para os gaúchos não restaria nem isto!

Conclusão

Muitos dos fiéis católicos do Rio Grande do Sul cultuam a memória do jesuíta alemão Johann Baptist Reus, que exerceu suas atividades teológicas em São Leopoldo, na região de imigração alemã. Após sua morte em 1947, foram-lhe atribuídos diversos milagres, motivando a abertura de um processo de Beatificação em 1953, e que até hoje ainda não foi concluído.¹⁹ Observe-se que as áreas de colonização alemã e italiana no século XIX alimentaram a ideia de uma população “branca” e “ordeira”, talvez como um contraponto ao passado ainda recente, mestiço e turbulento, ligado às tradições e lidas fronteiriças. Daí resultou o culto a santos populares, com histórias também fronteiriças: espaciais, textuais e ficcionais!

¹⁹ Para Beatificação é necessário comprovar um milagre; a Canonização exige mais de um.

O primeiro destes santos foi Sepé Tiaraju: guarani missioneiro, campeão nas lutas contra os portugueses. Alvo de uma polêmica discussão sobre seu papel como herói das terras rio-grandenses, pois pegou em armas contra os antepassados lusitanos, ele terminaria ganhando uma estátua na cidade de Santo Ângelo, próxima às ruínas da antiga missão de São Miguel Arcanjo. E seria ainda nome de um município!

O segundo deles é o Negrinho, santificado pela própria Virgem após seus suplícios. É perceptível a semelhança com a Paixão de Cristo: fé, martírio, morte, sepultamento, ressurreição... Se confunda ainda com um dos mais reverenciados santos do catolicismo português, Santo Antônio de Pádua, a quem se roga também o encontro de coisas extraviadas!

Finalmente, temos as “santas prostitutas”, uma expressão proposta por Fagundes (1987) para mulheres que viviam do meretrício e que foram vítimas de seus amantes ou companheiros, indivíduos pertencentes às polícias locais. Maria Bueno, Maria do Carmo e Maria Degolada; cada Maria transitando do pecado e da promiscuidade sexual para a redenção e a sacralidade. Associação intangível com Maria Madalena... Simões Lopes não dispunha destas imagens, mas também trouxe uma mulher profana, luxuriosa e pecadora, que alcança a redenção ao final do relato.

Nesta fronteira entre o real e o fantástico se esfuma a outra fantasia travestida de realidade, e o Rio Grande não se revela “branco” e laborioso. Ele é tributário de um passado indígena de combate pela cruz contra os cristãos, de um passado em que escravos também foram homens que fizeram o pampa a lombo de cavalo, de um passado em que as mulheres estiveram sempre imiscuídas nas relações sociais de lugares onde predominam imagens de virilidade.

Estes aportes são resultado de uma produção literária muito original, a gauchesca, de origem platina e que se arraigou fortemente no Rio Grande.

Derivada da defesa dos homens da terra contra os avassaladores projetos liberais de inspiração eurocêntrica, a gauchesca paulatinamente recriou o gaúcho nas “guerras pátrias” e na preservação de uma cultura própria. No caso rio-grandense ele tornar-se-ia gentílico para toda a população do Estado (GOMES, 2009; FIGUEREDO, 2010). Sobre o Rio Grande do Sul, onde pairava a ambiguidade de um povo que tomara em armas contra o próprio Império, a literatura antecipou aos historiadores tradicionais as explicações para um “patriotismo” que fora negado pelos intelectuais do centro do país à província sediciosa: o amor à liberdade, inerente aos campeiros do pampa, fora atravessado pelas bandeiras legítimas do federalismo, da república e do trabalho livre.

E quanto às fronteiras espaciais, elas lá estão... “Nós” brasileiros do lado de cá da linha! “Eles”, castelhanos, do lado de lá! Mas os limites não são muralhas que dividem as sociedades fronteiriças, tampouco são fluidos ao ponto de – paradoxalmente! – deixarem de serem fronteiras! As fronteiras existem, mas são espaços apropriados por homens que as manejam em seus interesses.

A Literatura não traz “verdades” explícitas; as lendas trazem seus significados nas entrelinhas. Nelas aparecem guaranis traídos e negros torturados, hereges perigosos e mulheres tentadoras. Descendentes deles – e somados a seu mundo – os gaúchos pobres, mas altaneiros, ocupam os campos! Todos poderiam ameaçar o mundo real, cristão, lusitano, resultado do esforço dos estancieiros ricos, e deveriam ser tirados do espaço produtivo! O que se revela por detrás todas essas “fronteiras” – sejam elas espaciais, religiosas, étnicas, culturais, comportamentais – é talvez aquela mais crua e difícil de cruzar: a de classes sociais, que separa uns e outros irremediavelmente.

Paz nos campos... Mas escondido pelas lendas, outro Rio Grande aparece!

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ASCASUBI, Hilario. *Santos Vega*. Buenos Aires: Losada, 1998.
- AVILA, Arthur Lima. *E da fronteira veio um pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- AZARA, Felix. *Memória sobre el Estado Rural del Río de la Plata y Otros Ensayos*. Buenos Aires: Ed. Bajel, 1943.
- BOONE, Daniel. *Daniel Boone: His Own Story*. Bedford (Mass): Applewood Books, 1996.
- BORGES, Jorge Luis. El Gaucho. In: *El oro de los tigres*. Buenos Aires: Emecé, 2005. p.65-66.
- BORGES, Jorge Luis. Os Gaúchos. In: *Elogio da Sombra*. Porto Alegre: Globo, 1985. p.24-25.
- BORGES, Jorge Luis; GUERRERO, Margarita. *El "Martín Fierro"*. Buenos Aires: Emece, 1979.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- CHIAPPINI, Ligia et. al. (Org.). *Pampa e Cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.
- CHIAPPINI, Ligia. *No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- COOPER, James Fenimore. *The Deerslayer (or The First Warpath)*. New York: Bantam Books, 1982.
- COOPER, James Fenimore. *The Last of the Mohicans*. New York: Bantam Books, 1989.
- COOPER, James Fenimore. *The Pathfinder (or The Inland Sea)*. New York: Penguin Books, 1980.
- COOPER, James Fenimore. *The Pioneers*. New York: Penguin, 1964.
- COOPER, James Fenimore. *The Prairie*. New York: Penguin Books, 1987.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura*. Uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ECHEVERRÍA, Estebán. *El Matadero*. Buenos Aires: Emecé, 1999.

FAGUNDES, Antônio Augusto. *As santas prostitutas: um estudo da devoção popular no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

FIGUEIREDO, Joana Bosak de. *De guaxos e de sombras: um ensaio sobre a identidade do gaúcho*. Porto Alegre: Dublinense, 2010.

FREITAS, Renata Dal Sasso. *Love of Country: os romances históricos de James Fenimore Cooper sobre a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1821-1824)*. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutoramento em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o Triunfo do Averso*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

GUAZZELLI Cesar Augusto B. Fatos que Realmente Aconteceram? Considerações sobre História e Literatura. In: SILVEIRA, Helder G.; ABREU, Luciano A.; MANSAN, Jaime V. (Orgs.). *História e ideologia: perspectivas e debates*, v. 1. Passo Fundo: UPF Editora, 2009. p. 369-384.

GUAZZELLI Cesar Augusto B. *Matrero*, guerreiro, peão campeiro: aspectos da construção literária do gaúcho. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras Culturais (Brasil, Uruguai, Argentina)*. São Paulo: Ateliê, 2002. p. 108-136.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *José Hernández y sus mundos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1985.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o Presbítero*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Bertrand, 1992.

HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Buenos Aires: Gador, 2009.

HIDALGO, Bartolomé. *Cielitos y diálogos patrióticos*. Montevideo: Signo, 1967.

HUNT, Linn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOIS, Élida. Cruzamento(s) de fronteira(s). In: CHIAPPINI, Lígia et al. (Org.). *Pampa e Cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004. p. 37-50.

LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e lendas do Sul*. Edição Crítica de Aldyr García Schlee. Porto Alegre: IEL/UNISINOS, 2006.

LUSICH, Antonio. *Los Tres Gauchos Orientales y otras poesías*. Montevideo: Claudio García, 1937.

ROCCA, Pablo. Encruzilhadas e Fronteiras da Gauchesca (do Rio da Prata ao Rio Grande do Sul). In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais*. Porto Alegre: Ateliê editorial, 2002. p. 73-92.

SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho, 1989.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonía de las razas en América*. Buenos Aires: Imprenta D. Tuñez, 1883.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Civilização e barbárie no pampa argentino. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

SCOTT, Walter. *Ivanhoe*. Rio de Janeiro: Jackson, 1947.

SCOTT, Walter. *Rob Roy*. Sintra: Ed. Europa-América, 2003.

SCOTT, Walter. *Waverley*. London: Penguin Books, 1994.

SERRA PADROS, Enrique. Fronteiras e Integração Fronteiriça: elementos para uma Abordagem Conceitual. *Humanas*. Porto Alegre, v.17, n.1/2, jul./dez. 1994.

SILVA, Bento Gonçalves. Manifesto de 29 de agosto de 1838. In: *Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1985, CV-8598.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil*. Porto Alegre, PUCRS, 2012.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dover Publications, 1996.

VARGAS LLOSA, Mário. *La verdad de las mentiras*. Madrid: Alfaguara, 2002.

VIANA, Javier de. *Selección de cuentos*. Montevideo: Cruz del Sur, 2006.

VIGNOLO, Griselda (sel.). *Cancionero Federal*. Buenos Aires: Cuadernos de Crisis 26, 1976.